

O PROCESSO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO TRABALHO DOCENTE E O PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA REFORMA EDUCATIVA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UM PROJETO DO CAPITAL PARA (CON)FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Beatriz **Teixeira** – FIOCRUZ e UERJ

O presente trabalho discute a importância dos organismos internacionais e suas políticas, em especial o Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e Caribe, PREAL, como “aparelho privado de hegemonia” (Gramsci, 1989), no caso, centrado na intensificação do processo de desqualificação do trabalho docente, que vem sendo realizado nas últimas décadas no contexto do capitalismo globalizado e na perspectiva neoliberal.

Tomando como base para realização da discussão parte da produção bibliográfica do Grupo de Trabalho *Profissão Docente* do PREAL, o texto se desdobra no estudo dos discursos de especialistas em educação e de “intelectuais orgânicos” (Gramsci, 1989) do capital que inscrevem suas enunciações em dimensões complementares à discussão acerca do trabalho docente.

O projeto de gestão institucional da força de trabalho docente voltado aos países latino-americanos está intimamente relacionado ao movimento de rearticulação do capital a partir da década de 1970 e a crise estrutural que colocou em questão a capacidade distributiva do Estado de Bem-Estar social no seio do capitalismo. A partir daí, aderiu-se crescentemente a um ideário, em formulação desde o pós-guerra, que contribuiu para um movimento de rearticulação do capital a fim de reestruturar a economia, e, sobretudo, conservar a hegemonia da ideologia capitalista.

Neste contexto, surge uma série de receituários oriundos de organismos internacionais que emergem com “o papel de tutoriar as reformas” (FRIGOTTO E CIAVATTA 2003), supostamente a fim de “minimizar” a pobreza nos países periféricos. As prescrições contêm finalidades específicas, mas possuem em comum o objetivo de manutenção da hegemonia sobre os países periféricos.

No tocante à conformação de mão-de-obra necessária e adaptada ao novo ideário, o campo da educação ganhou destaque, inicialmente, a partir da Teoria do Capital Humano e, desde a reestruturação produtiva, com a Teoria do Capital Intelectual, que erige o capital à condição de “agente educador”, intensificando sua atuação na educação formal. São essas teorias que dão respaldo à atuação de organismos internacionais na educação, colocada em posição de destaque como solução às mazelas sociais.

Assim, em 1995, é criado o PREAL, com o objetivo de mobilizar parcerias numa perspectiva internacional e de criar uma comissão de educação voltada à proposição de reformas educativas para a América Latina. O Programa tem sede no Chile e co-direção do Diálogo Interamericano, United States Agency for International Development (USAID) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atua, também, realizando pesquisas sob encomenda do Banco Mundial e/ou com financiamento do respectivo organismo, contando com o financiamento de outros organismos internacionais. No Brasil, encontra-se filiado à Fundação Getúlio Vargas.

O PREAL tem poder de influência nas esferas de decisão político-administrativas e na promoção das reformas educacionais dos países latino-americanos. Conta com a representação de quadros de governantes e um corpo de pesquisadores de diversos países, que atuam produzindo documentos estruturados em três grupos de trabalho: Padrão e Avaliação; Profissão Docente e Autonomia e Gestão Escolar.

O projeto de gestão institucional da força do trabalho docente é um tema discutido em produções do grupo de trabalho *Profissão Docente* do PREAL, que se encontra voltado a direcionar/formular um modelo para formação de um “novo” trabalhador. O GT está voltado para a proposição e análise de políticas direcionadas à formação inicial e continuada de docentes dos países latino-americanos, estando designado, portanto, a trazer pesquisas a fim de recomendar/propagar políticas e ideários. Envolvendo a gestão institucional da docência, o GT engloba à temática discussões como: trabalho docente, perfil docente, remuneração e sindicalismo.

O processo de gestão institucional da docência vem sendo atrelado ao discurso que centraliza e atribui à prática e formação docente a responsabilidade sobre o fracasso/sucesso escolar latino-americano sendo, por isso, considerado “fator estratégico” para a melhoria da educação. No processo de intensificação da ação das forças do capital sobre a educação, é possível observar como questão central nos discursos desses “intelectuais orgânicos” do capital a preocupação com a formação da força de trabalho docente.

Assim sendo, os “intelectuais orgânicos” do PREAL formulam concepções através das quais veiculam a ideia de que os docentes têm o ônus de ser, ao mesmo tempo, o pior e o melhor problema na educação. Diz a coordenadora do GT:

Los maestros y profesores están en el centro del ‘problema educativo’, pero también son el factor estratégico de sus soluciones (...) Fullan (1993) resume en su muy

citada frase ‘los docentes tiene el honor de ser, simultáneamente, el peor problema y la mejor solución en educación’ (VAILLANT, 2003: 8).

Um dos elementos que dá sustentabilidade aos discursos que responsabilizam as práticas docentes pelas falhas no sistema é, justamente, a desqualificação histórica dos conhecimentos específicos ao campo. As aprendizagens “em serviço”, o desenvolvimento de conhecimentos dialeticamente construídos, próprios ao fazer docente, tornam-se invisíveis àqueles que compreendem a aprendizagem como um processo vertical, de acesso a uma teoria que se aplicaria na prática, no qual os professores seriam executores daquilo que é concebido e proposto em esferas superiores, sendo desconsideradas as aprendizagens advindas da experiência.

Indo ao encontro dessa postura, Mello (2000) formulou concepções baseadas na certificação de docentes ao alegar falta de meios de fiscalização Estatal sobre o ensino e a avaliação dos resultados. O projeto de certificação do trabalho docente é uma estratégia que considera a obtenção de resultados voltada ao atendimento imediato de necessidades para manutenção do poder hegemônico. É baseado em dados estatísticos que não visam à busca pelo diálogo com o contexto em que a instituição e os professores encontram-se inseridos. A certificação docente caracteriza-se enquanto um fazer baseado numa visão mercadológica, de caráter meramente tecnicista, visando a estimular a competitividade na busca por padrões que atendam os interesses do capital.

Encontra-se também nos documentos forte ênfase no processo de gestão e no papel do gestor frente ao processo de implantação da reforma, inclusive no controle sobre reivindicações salariais. Descrito enquanto intelectual orgânico do capital, é-lhe concedida autonomia para exercer o controle sobre a organização e a prática docentes cabendo-lhe reprimir a classe trabalhadora para melhor atender os interesses hegemônicos. No documento n° 37 encontra-se a seguinte afirmação:

Los buenos directores saben cómo reconocer a los buenos maestros sin necesidad de incentivos económicos y saben cómo sancionar psicológicamente a los malos docentes. Existe una gran variedad de presiones, elogios, recompensas y críticas que están al alcance de los directores. (PREAL, 2007: 18)

No boletim, os autores ressaltam também que gestores e diretores possuem meios de coagir professores ligados a sindicatos. Segundo documentos do PREAL, um dos principais entraves para a reforma educacional do mercado é representado pelos

profissionais da educação, especificamente os docentes. Esta categoria é definida pelo organismo como o principal obstáculo às reformas educacionais neoliberais, principalmente por sua mobilização sindical. Os sindicatos, organizações nas quais os profissionais buscam, coletivamente, resistir ao que consideram prejudicial ao seu trabalho, são o grande alvo de ataque do PREAL. O ataque justifica-se por serem organizações onde os professores travam lutas pela melhoria nas condições de trabalho e contra medidas/reformas que afetam a qualidade da educação ou pretendem controlar externamente seu trabalho. Este tipo de ataque também ocorre em outros setores da economia.

O exercício da autoridade pelo gestor é um meio de “cooptação e/ou repressão” (SANTOS, 2004) que pode ser utilizado pelo discurso do PREAL no processo de implementação de reformas de cunho neoliberal. O PREAL também sugere lançar mão de outras formas de cooptação, como a atenção a algumas reivindicações salariais, além da oferta de privilégios políticos aos discordantes, principalmente durante as campanhas eleitorais. A repressão ficaria ao encargo dos gestores/diretores, que saberiam adotar sanções para obter o bom desempenho, premiando os “bons” e punindo os “maus” docentes.

Considerações finais

O trabalho docente vem sendo alvo de desqualificação e o docente, enquanto intelectual, vem tendo seu papel reduzido a agente reproduzidor dos interesses do ideário hegemônico. As receitas prescritas pelo PREAL, como vimos, desconsideram a autonomia do sujeito, as possibilidades e saberes de docentes e discentes. As acusações fundamentam-se na ideia de que a escola deve ser um espaço para a (re)produção de sujeitos dóceis e fontes de mão de obra. Assim, culpabilizam-se os docentes e suas organizações coletivas pelo fracasso das políticas do neoliberalismo, incapazes, elas mesmas, de considerar a realidade das escolas, econômica, intelectual ou física, os saberes e interesses docentes, ou, ainda, sua própria faceta capitalista. Ou seja, ignoram o fato de que os problemas da escola capitalista não estão centralizados no fazer docente, nem apenas no discurso do capital, mas na sua incapacidade de se constituir enquanto escola que atenda aos interesses das classes populares (seu público-alvo), devido ao seu caráter de escola classista.

Os sindicatos promovem e representam ações contra-hegemônicas, ressaltando a autonomia relativa dos sujeitos em relação às normas impostas, o que permite aos docentes, no campo dos “aparelhos ideológicos de hegemonia”, agir de modos contra-hegemônicos, lançando mão de conhecimentos construídos e apropriados na própria experiência e na vida política. A resistência da classe trabalhadora ocorre também devido à impropriedade dos receituários, à desconsideração da realidade institucional e profissional dos docentes e das escolas.

A compreensão das relações sociais de produção torna-se fundamental para o entendimento das concepções de educação, cidadania, sociedade e trabalho docente que passaram a ser difundidas com grande intensidade desde o período de consolidação do ideário neoliberal, refletido e materializado, hoje, nos discursos e na implementação das políticas públicas voltadas à educação através da atuação dos organismos internacionais e seus programas. Compreendendo esta dinâmica, é possível questionarmos a atuação desses organismos na formação do ideário social e seus âmbitos de poder e interferência nas políticas públicas educacionais da América latina e no processo de intensificação da desqualificação do trabalho docente através da gestão institucional da força de trabalho.

Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. 2003.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 4ª edição.

MELLO, G. N. *Formação inicial de professores para a educação básica – uma (re)visão radical*, 2000.

PREAL. *La remuneración de los maestros en América Latina: ¿Es baja? ¿Afecta la enseñanza?* Documento N° 37 – elaborado por CASTRO, C. M. e IOSCHPE, G., 2007.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos. *Entre a cooptação e a repressão: capital e trabalho nas reformas educacionais latino-americanas*. GT Trabalho e Educação. Anped, 2009.

VAILLANT, Denise. Algunos marcos Referenciales en la evaluación del desempeño docente. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, 1(2), pp. 7-22, 2003.